



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

#### 1.1. Descrição do objeto

1.1.1. Subscrição do software OTRS SILVER SOLS ITSM, com suporte da solução por 12 (doze) meses, consultoria e treinamento.

#### 1.2. Natureza do objeto

1.2.1. O objeto da contratação possui natureza comum, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520/2002, c/c art. 4º do Decreto nº 10.024/2019.

#### 1.3. Classificação do objeto

1.3.1. Classifica-se o objeto da contratação como bens ou serviços de informática, nos termos do Decreto nº 7.174/2010.

#### 1.4. Detalhamento do objeto

Item	Descrição	Código CATSER	Unidade de medida	Qtde
1	Subscrição da solução OTRS SILVER SOLS ITSM pelo período de 12 (doze) meses.	27464	UN	01
2	Consultoria – Implementação do Solution Scenarios	27332	Dias	02
3	Consultoria – Revisão e Otimização	27332	Dias	03
4	Treinamento Administrador OTRS	3840	Dias	03

### 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

#### 2.1. Necessidade da contratação

2.1.1. Atualmente, o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM) utiliza a ferramenta CitSmart como Central de Serviços de TI (Contrato nº 16/2019, vigente até 05/08/2023). Trata-se de solução própria da empresa Central IT (software privado), com grandes funcionalidades, por exemplo:

- a) Gestão de patrimônio de móveis e imóveis;
- b) Planejamento de contratações;
- c) Gestão de estoque e inventário;
- d) Gerenciamento e fiscalização de contratos, com alertas e lembretes.
- e) Gestão de frota, com controle individualizado e visualização de cada automóvel.

2.1.2. Houve grande esforço para fazer com que as áreas de negócio do TRE-AM aderissem à ferramenta CitSmart para que viesse a funcionar Central de Serviços de todo o Tribunal, mas não se obteve êxito, de modo que o CitSmart continuou a ser utilizado tão somente pela STI. Ou seja, dispomos hoje de uma solução muito grandiosa, mas utilizamos apenas parcela de seu potencial, não sendo mais viável se considerado o custo-benefício.

2.1.3. O Contrato nº 16/2019 possui hoje o custo MENSAL de R\$ 32.870,40 (trinta e dois mil oitocentos e setenta reais e quarenta centavos), havendo soluções de gerenciamento de serviços de TI muito mais baratas no mercado.

2.1.4. Ademais, por se tratar o CitSmart de software privado, sempre que o TRE-AM pretende personalizar alguma funcionalidade é gerada cobrança adicional, encarecendo ainda mais a ferramenta.

#### 2.2. Resultados a serem alcançados

2.2.1. Aumento exponencial de segurança da informação, com atualização da solução direto com o fabricante, em conformidade com a política de cibersegurança da justiça eleitoral.

2.2.2. Aproveitamento da base de conhecimento já existente, garantindo assim maior eficiência e inteligência de negócio na condução dos processos.

2.2.3. Suporte direto com o fabricante, assim possibilitando uma maior eficácia na resolução de possíveis problemas e menor tempo na implantação de funcionalidades na ferramenta.

2.2.4. Ferramenta intuitiva, garantindo uma boa experiência para o usuário dos serviços de TIC.

2.2.5. Ferramenta integrada com os padrões ITIL, atendendo às melhores práticas de mercado;

2.2.6. Longevidade e independência no uso da solução, por possuir código-fonte aberto;

2.2.7. Melhor custo-benefício com a contratação de ferramenta que atenda a todas as necessidades do TRE-AM por preço substancialmente menor.

### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **3.1. Requisitos de Negócio**

- 3.1.1. Garantir a continuidade operacional da solução de suporte aos processos de Gerenciamento de Incidentes e Cumprimento de Requisições do TRE-AM, operados pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- 3.1.2. A solução ora pretendida deverá fornecer a possibilidade de implantação de outros processos de Gerenciamento de Serviços de TIC preconizados pelo padrão ITIL (e.g. Gerenciamento de Configuração, Gerenciamento de Problemas, Gerenciamento de Mudanças);
- 3.1.3. Com vistas à conformidade da solução com a política de segurança da informação deste regional, e no intuito de mitigar possíveis ataques externos e obtenção de dados sensíveis, a solução deverá possuir suporte de atualização de patches de segurança diretamente com o fabricante;
- 3.1.4. A solução deverá dispor de apoio técnico necessário (consultoria) para a implantação no ambiente computacional do tribunal, bem como suporte na implantação de processos, integração com outras ferramentas, dúvidas gerais dos usuários chaves, devendo a empresa contratada oferecer canal de comunicação e prazo para resposta definido;
- 3.1.5. Objetivando a longevidade da solução, bem como maior independência para o TRE-AM quanto à personalização, facilitando a adequação da ferramenta a demandas de integração com outros sistemas exigidos pelo Tribunal Superior Eleitoral e/ou pelo Conselho Nacional de Justiça, a solução deverá possuir código-fonte aberto.

#### **3.2. Requisitos Legais**

- 3.2.1. A contratação deverá adequar-se às disposições constantes nos seguintes normativos:
  - a) Lei nº 8.666/1993: Lei Geral de Licitações e Contratos;
  - b) Lei nº 13.709/2018: Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
  - c) Decreto nº 9.637/2018: Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação;
  - d) Resolução CNJ nº 363/2021: Estabelece medidas para o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais a serem adotadas pelos tribunais;
  - e) Resolução TSE nº 23.650/2021: Institui a Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Justiça Eleitoral;
  - f) Resolução TSE nº 23.644/2021: Dispõe sobre a Política de Segurança da Informação (PSI) no âmbito da Justiça Eleitoral;
  - g) Resolução CNJ nº 396/2021: Institui a Estratégia Nacional de Segurança da Informação e Cibernética do Poder Judiciário;
  - h) Instrução Normativa SGD-ME nº 1/2019: Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal;
  - i) Lei nº 9.279/1996: Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial;
  - j) Lei nº 9.609/1998: Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.

#### **3.3. Requisitos de Arquitetura Tecnológica**

- 3.3.1. A solução deverá funcionar em ambiente web;
- 3.3.2. A solução deverá usar como sistema de gerenciamento de banco de dados (SGBD) o Oracle Database;
- 3.3.3. A solução deverá ser capaz de importar a base de dados usada na ferramenta OTRS versão 6;
- 3.3.4. A solução deverá oferecer a possibilidade de integração com ferramentas usadas no ambiente do tribunal (e.g. Zabbix, OCS Inventory.)

#### **3.4. Requisitos de Garantia e Manutenção**

- 3.4.1. Entende-se por manutenção corretiva aquela que for necessária para o reparo de imperfeições ou falhas no sistema/ aplicativo que o impeça de funcionar adequadamente;
- 3.4.2. O suporte técnico/atendimento, quando solicitado, deverá ser realizado sem custos adicionais (despesas com deslocamento, estadia, horas trabalhadas e demais), com o fim de garantir a operacionalização do softwar em casos de erros de funcionamento identificados na solução, provocados por "bugs" no produto (garantia de funcionamento);
- 3.4.3. O serviço deverá ser prestado sem ônus para a contratante durante todo o período de vigência do contrato;
- 3.4.4. Após o período de implantação da solução, os chamados técnicos, atendimentos, dúvidas e suporte relacionados ao sistema devem ser recebidos por uma central de atendimento ao cliente;
- 3.4.5. Os serviços de atendimento deverão ser prestados em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no período compreendido entre 09h00min às 18h00min, horário oficial de Brasília/DF.

#### **3.5. Requisitos de Capacitação**

- 3.5.1. A contratada deverá ministrar treinamento aos técnicos que irão administrar a solução visando capacitá-los com conhecimento para realizar as tarefas de administração diárias;
- 3.5.2. O treinamento deverá ser ministrado a um mínimo de 10 (dez) participantes, a critério da Contratante.

#### **3.6. Requisitos de Segurança da Informação**

- 3.6.1. A solução deverá dispor de atualizações de segurança (patches) pelo fabricante;
- 3.6.2. A solução deverá estar em conformidade com a Política de Segurança da informação (PSI) no âmbito da Justiça Eleitoral, instituída através da 23.644, de 01 de julho de 2021, do Tribunal Superior Eleitoral.

#### **3.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

- 3.7.1. A solução deverá possuir suporte em língua Portuguesa (Brasil).

### **3.8. Alinhamento ao PEI**

3.8.1. A Contratação pretendia encontra-se alinhada ao Plano Diretor de TI (PDTI) do TRE-AM, notadamente quanto ao objetivo estratégico "Prover e aprimorar infraestrutura para os serviços de TIC", bem como está alinhada ao Plano Estratégico Institucional (PEI) do TRE-AM, notadamente quanto ao objetivo "Fortalecer a estratégia nacional de TIC e de proteção de dados."

### **4. ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Opta-se pela inexigibilidade de licitação, em face da singularidade do software OTRS, demonstrada no item 5 dos Estudos Preliminares, cuja subscrição é comercializada com exclusividade, no território nacional, pela empresa OTRS do Brasil Ltda., nos termos de declaração da Associação Brasileira das Empresas de Software - ABES. Portanto, está demonstrada a inviabilidade de competição e subsunção da presente contratação à norma inserta no caput do Art. 25 da Lei n.º 8.666/1993.

### **5. PARCELAMENTO DO OBJETO**

5.1. Não há que se falar em parcelamento do objeto, tendo em vista que o objeto contratado é suporte e manutenção da solução (subscrição).

### **6. CRITÉRIOS PARA ADJUDICAÇÃO**

6.1. Não se aplica, vez que optou-se por inexigibilidade de licitação.

### **7. CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

7.1. Não se aplica, vez que optou-se por inexigibilidade de licitação.

### **8. IMPACTO AMBIENTAL**

8.1. Não há impacto ambiental, vez que se trata de subscrição de software.

## **9. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

### **9.1. Rotinas de Execução**

9.1.1. Início da Execução: após a publicação do contrato em imprensa oficial, na data indicada na ORDEM DE SERVICO.

### **9.2. Formas/Meios de Comunicação**

9.2.1. Através de preposto ou representante comercial do fornecedor por e-mail, ofício ou sistema informatizado.

## **10. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

10.1. O gerenciamento e a fiscalização do contrato serão exercidos por meio de representantes formalmente designados pela CONTRATANTE, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a prestação dos serviços bem como dirimir quaisquer dúvidas e pendências que surgirem durante a vigência do contrato.

10.2. A Coordenadoria de Infraestrutura de Tecnologia será o setor do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas responsável pela gestão e fiscalização da execução objeto contratado.

10.3. O Fiscal do Contrato poderá, a qualquer tempo, exigir da CONTRATADA os elementos necessários ao esclarecimento de quaisquer dúvidas relativas aos serviços, tais como dados estatísticos, demonstrativos de custos, notas fiscais, mapa de registro e controle dos serviços.

10.4. Durante a execução dos serviços, fica reservada ao Fiscal do Contrato a autonomia para decidir sobre quaisquer casos que venham a surgir e/ou fugir da rotina, ou que não tenham sido previstos neste Termo de Referência, ou, ainda, nas disposições do decorrente instrumento contratual.

10.5. O Fiscal do Contrato poderá, a seu critério, realizar inspeções periódicas com o fim de verificar o cumprimento das especificações constantes do presente Termo de Referência.

10.6. A fiscalização e o acompanhamento dos serviços não reduzem nem excluem as responsabilidades da empresa CONTRATADA perante o TRE-AM ou terceiros.

10.7. Qualquer tolerância por parte do Fiscal do Contrato em relação ao estabelecido no contrato não implicará em alteração de cláusulas ou condições pactuadas.

## **11. OBRIGAÇÕES**

### **11.1. Obrigações do CONTRATANTE:**

11.1.1. Nomear a equipe de gestão e fiscalização do contrato;

11.1.2. Encaminhar formalmente a demanda à Contratada, por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens;

11.1.3. Receber provisoriamente o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.1.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.1.5. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.1.6. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis em caso de descumprimento de obrigações;

11.1.7. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

### **11.2. Obrigações da CONTRATADA:**

11.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

11.2.2. Fornecer o objeto para o qual se sagrar vencedora, em estrita conformidade com as especificações e condições exigidas neste termo de referência, bem como naquelas resultantes de sua proposta, devendo já estar inclusos nos valores propostos todos os custos, impostos, taxas e demais encargos pertinentes à execução do objeto do contrato, não sendo aceitas quaisquer modificações;

11.2.3. Executar seu planejamento nos dias úteis do calendário da CONTRATANTE e conforme o horário previamente agendado;

11.2.4. Responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto do Contrato, respondendo administrativa, civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a direta ou indiretamente causar ou provocar ao CONTRATANTE e a terceiros;

11.2.5. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas pelo Contratante;

11.2.6. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação;

11.2.7. Sujeitar-se à fiscalização do CONTRATANTE no tocante à verificação das especificações técnicas, prestando os esclarecimentos solicitados, atendendo às reclamações, caso ocorram, e prestando toda assistência técnica operacional;

11.2.8. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução de serviço;

11.2.9. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE;

11.2.10. Atualizar, sempre que houver mudança, seus dados e as informações de seus representantes, tais como: endereços, telefones, e-mail, dentre outros;

11.2.11. Guardar sigilo sobre todas as informações do CONTRATANTE obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, não divulgando, nem permitindo sua divulgação, sob qualquer hipótese, sob pena de responsabilidade civil e/ou criminal.

## **12. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

12.1. As partes declaram que têm ciência dos termos da Lei nº 13.709/2018 - Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos às suas disposições, com intuito de proteção dos dados pessoais obtidos em virtude da execução do contrato.

12.2. As partes se comprometem a manter a integridade, o sigilo e a confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e dados sensíveis - obtidas em virtude da execução do contrato, obrigando-se a:

a) realizar o tratamento dos dados pessoais apenas para propósitos legítimos, específicos e compatíveis com as finalidades do objeto do contrato;

b) limitar o tratamento dos dados pessoais ao mínimo necessário e com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do objeto do contrato;

- c) utilizar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
- d) não realizar o tratamento dos dados pessoais para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;
- e) eliminar os dados pessoais após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação se houver situação enquadrada nos incisos do art. 16 da Lei nº 13.709/2018.
- 12.3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em relação aos danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, causados aos titulares de dados pessoais obtidos em virtude da execução do contrato, por inobservância da Lei nº 13.709/2018.

### 13. PAGAMENTO

- 13.1. O pagamento será feito em parcela única e dependerá do aceite final pela equipe técnica do TRE-AM, formalizado por meio do respectivo Termo de Aceite, e realizado após verificação da adequação do objeto entregue às especificações exigidas.
- 13.2. O pagamento será efetuado à CONTRATADA em até 30 (trinta) dias, contados do aceite definitivo do objeto, compreendido nesse período o ateste da Nota Fiscal/Fatura - a qual conterá o endereço, o CNPJ, o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da empresa, a descrição clara do objeto adquirido - em moeda corrente nacional, por intermédio de Ordem Bancária e de acordo com as condições constantes na proposta da empresa e aceitas por este órgão.
- 13.3. Para execução do pagamento, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, CNPJ nº 05.959.999/0001-14.
- 13.4. A Nota Fiscal/Fatura correspondente será examinada diretamente pelo Fiscal designado pelo TRE-AM, o qual somente atestará a execução do objeto e liberará a referida Nota Fiscal/Fatura para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas relativas ao objeto.
- 13.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE-AM. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 13.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.
- 13.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 13.8. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### 14. SANÇÕES

- 14.1. A CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:
- a) Advertência;
- b) Multa moratória, com percentual definido conforme Quadro 1;
- c) Multa, com percentual definido conforme Quadro 1;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/AM, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- e) Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7º da mesma lei;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993.
- 14.2. Regras e limites na aplicação das penalidades previstas no Quadro 1:
- 14.2.1.1. As sanções estabelecidas nas alíneas "a" a "f" do subitem anterior poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente àquelas previstas nos itens 2, 3, 4, 5, 6, e 7 do Quadro 1, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 14.2.1.2. Quanto ao Item 4 - Caso o serviço de suporte técnico ou o acesso a atualizações de software fique indisponível para a CONTRATANTE por mais de 30 (trinta) dias corridos, ficará caracterizada a paralisação da prestação do serviço.
- 14.3. Se o motivo do descumprimento ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/AM, desde que não sejam passíveis de prevenção, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

QUADRO 1 – Eventos possíveis de aplicação de penalidades e suas medidas

Seq.	Intercorrência	Tipo de Penalidade	Medida
1	Atraso, causado pela CONTRATADA, no registro das licenças adquiridas junto ao fabricante e na disponibilidade dos serviços de suporte técnico e atualização de versão para a CONTRATANTE.	Multa Moratória	1% (um por cento) sobre o valor unitário de cada licença, por licença e dia de atraso, limitada ao percentual de 10% (dez por cento).
2	Atraso, causado pela CONTRATADA, no prazo de resposta (início do atendimento) aos chamados.	Multa Moratória	0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor de cada licença e hora de atraso, limitada ao percentual de 10% (dez por cento).
3	Indisponibilidade do serviço de suporte técnico ou do acesso às atualizações de software para a CONTRATANTE, contadas a partir da notificação da CONTRATANTE para a CONTRATADA quando da tentativa de uso do serviço.	MULTA	0,1% (1 décimo por cento) sobre o valor do serviço de suporte técnico e atualização de versão, por hora de indisponibilidade.
4	Não atendimento das obrigações da CONTRATADA ou qualquer outra exigência, especificação ou requisito constante neste Termo de Referência.	MULTA	0,1% (1 décimo por cento) sobre o valor total do contrato.

5	Descumprimento parcial na execução dos serviços que gerem grande impacto negativo para a CONTRATADA ou risco de segurança da informação.	MULTA	5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.
6	Inexecução total da entrega das licenças, caracterizada se o registro das licenças adquiridas junto ao fabricante e a disponibilidade dos serviços de suporte técnico e atualização de versão, não ocorrer no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da assinatura do contrato.	MULTA	10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.
7	Inexecução parcial do objeto, que não estiver prevista nas alíneas anteriores.	MULTA	5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato.

## 15. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

15.1. Com base nos valores da proposta comercial apresentada pela empresa, estima-se a contratação em R\$ 81.725,00 (oitenta e um mil setecentos e vinte e cinco reais).

## 16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. A contratação deverá utilizar recursos provenientes do orçamento da UG COINF/ Custeio.

Manaus, 07 de julho de 2023.

**Mayara Santos Santos**

COINF/ Requiritante

**Êinaude Oran Barros de Menezes**

SEINF/ Integrante Técnico

**Leandro Nascimento Simão Filho**

SESOP/ Integrante Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **EINAUDE ORAN BARROS DE MENEZES**, **Coordenador**, em **substituição**, em 07/07/2023, às 15:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LEANDRO NASCIMENTO SIMAO FILHO**, **Chefe de Seção**, em 07/07/2023, às 15:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MAYARA SANTOS SANTOS**, **Coordenadora**, em 07/07/2023, às 16:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-am.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-am.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0000055644** e o código CRC **3C68346E**.